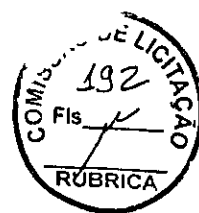




ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



JULGAMENTO DE RECURSO

Credenciamento nº 02.08.01/2021

RECORRENTE: FLAMISSON FRANÇA ARAUJO-ME

Trata-se de Recurso aos termos do julgamento realizado no procedimento licitatório em epígrafe, interposto por **FLAMISSON FRANÇA ARAUJO-ME**, inscrita no CNPJ nº 19.275.143/0001-34, ora denominada Recorrente.

I - DA SINOPSE DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA.

A Recorrente assenta em suas razões que o julgamento realizado no âmbito do **Credenciamento nº 02.08.01/2021**, apresenta suposto vício em razão de a Recorrente ter sido inabilitada quanto a todos os lotes, sendo que apenas em um deles deixou de atender a todos os requisitos de habilitação. Sustenta ainda que o edital exigiu indevidamente a inscrição do licitante no Instituto Nacional do Câncer (INCA). Assim, a Recorrente requer o provimento do Recurso para que seja declarada habilitada.

II - DO MÉRITO.

III - DA IMPUGNAÇÃO DE CLÁUSULA EDITALÍCIA. DECADÊNCIA. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

A Licitante utiliza do Recurso ora analisado com o intuito de impugnar cláusula do edital, notadamente a disposição que demanda do licitante a inscrição no Instituto Nacional do Câncer (INCA). O pleito é incabível pela via recursal.

Com efeito, qualquer pessoa e os próprios Licitantes, antes da data final para recebimento das propostas, podem impugnar os termos do edital, em conformidade com o que dispõe o art. 41, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e os itens 8.1 a 8.8 do instrumento convocatório.

LEI Nº 8.666/93

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITA O

propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realiza o de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunica o não terá efeito de recurso.

  3  A impugna o feita tempestivamente pelo licitante não impedir  de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

  4  A inabilita o do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

EDITAL DO CREDENCIAMENTO

8. IMPUGNA O DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

8.1 - Qualquer cidadão   parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplica o da Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilita o, devendo a Administra o julgar e responder   impugna o em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no   1  do art. 113.

8.2. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital de credenciamento.

8.3. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licita o perante a Administra o a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunica o não terá efeito de recurso.

Logo, a via eleita pela Recorrente - Recurso ao resultado de habilita o - não   a adequada para a apresenta o de insurgência em face de disposi o do instrumento convocatório, devendo a licitante ter lançado mão de Impugna o no prazo correto, conforme disposi es supra transcritas.

Não tendo, a licitante utilizado de impugna o no período definido, decaiu em seu direito de impugnar o edital, nada mais podendo postular quanto a isso. Então, no que tange   insurgência da Recorrente em face da obrigatoriedade de inscri o no INCA, não merece prosperar o pleito recursal.

II, II - DO CRITÉRIO DE HABILITA O ELEITO PELA ADMINISTRA O PÚBLICA. DIVISÃO EM LOTES. VINCULA O AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Primeiramente, veja-se que o Credenciamento n  02.08.01/2021 foi dividido pela Administra o Pública em 3 (três) lotes, o que decorre o interesse do Poder Público em tornar mais ampla e abrangente a participa o de licitantes.

A Lei n  8.666/93 expressamente consigna que a divisão das compras e serviços em parcelas deverá ser feita pela Administra o sempre que restar técnica e economicamente viável, conforme art. 23,   1 , *in verbis*:



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Art. 23. *As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

(...)

§ 1º *As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.*

Com efeito, a adoção do desmembramento dos objetos licitados em vários lotes, além de formalidade legal é requisito de viabilidade da competitividade e até mesmo de possibilitação de escolha da proposta mais vantajosa ao Poder Público. A divisibilidade dos itens, a condição técnica e a economicidade guiam a necessidade de divisão dos itens em uma licitação.

Nas situações que se apresentam cotidianamente, ao órgão licitante incumbe promover estudos técnicos de economia de escala e de amplitude de concorrência para aferir se existe interesse público, consubstanciado na busca pela melhor proposta, que justifique a manutenção ou a divisão dos itens licitados em um único ou em vários lotes.

Sobre isso, o Tribunal de Contas da União (TCU) já pacificou o entendimento através da Súmula nº 247 e outros precedentes:

SÚMULA Nº 247/TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

ACÓRDÃO 2404/2010 PLENÁRIO

O TCU considerou irregularidade a agregação de serviços de natureza distinta, passíveis de parcelamento, em um único objeto de contratação, em desacordo com o disposto no art. 23, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 3041/2008 - PLENÁRIO TCU



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



"O parcelamento do objeto licitado deve ocorrer quando a opção se comprovar viável do ponto de vista técnico-econômico, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei no 8.666/1993. Não caracteriza cerceamento de competitividade a realização de uma só licitação com objetos múltiplos, se comprovado que o parcelamento implicaria perda de eficiência e prejuízo técnico à Administração."

Consequência lógica de se realizar a divisão do objeto da licitação em lotes/itens é a possibilidade de os licitantes escolherem concorrer em 1 (um) ou mais lotes/itens específicos, sem a necessidade de apresentar proposta para todos os lotes/itens em que foi dividida a licitação.


Logo, há de ser provido o pleito recursal de habilitação da Recorrente quanto aos lotes em que apresentou proposta de preços e documentos de habilitação compatíveis com as disposições do instrumento convocatório, mesmo que seja inabilitada em outros lotes do Credenciamento, não havendo obrigatoriedade de a licitante lograr êxito na habilitação de todos os lotes para ser credenciada, podendo credenciar-se em um ou mais de um lote.

III - DO PARECER DA PRESIDENTE.

Isto posto, o pleito recursal procede em parte, negando-se procedência ao pedido de impugnação da obrigatoriedade de inscrição no INCA, mas reconhecendo a procedência no que tange à possibilidade de habilitação da Recorrente para o(s) lote(s) em que apresentou proposta de preços e documentos de habilitação compatíveis com as disposições do instrumento convocatório, independentemente de ter preenchido tais requisitos em todos os lotes.

É o entendimento, a ser submetido ao crivo discricionário da decisão da Autoridade Superior.

Cascavel/CE, 12 de abril de 2021.


NILCIRLENE MELO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA CPL